



DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL⁵

CT(FN) Esley Rodrigues de Jesus Teixeira

Em decorrência do processo de transformação militar^[1], estipulado pela Lei da Nova Defesa (Lei Complementar nº 136/2010), diversos atos normativos, tanto oriundos do âmbito estratégico-operacional (interno do Ministério da Defesa) quanto do político (legislativo nacional) passaram a ser promulgados no intuito de dotar o então recém-criado ministério da capacidade de finalmente integrar as três Forças Armadas (FA).

Com a intenção de proporcionar melhor discriminação das ações de cada força singular, a Doutrina de Mobilização Nacional (DMN), a Política de Mobilização Nacional (PMN) e a Política de Mobilização Militar (PMM) remontam os principais pontos oriundos de situações em que, reflexo da ativação de Hipóteses de Emprego (HE), a Mobilização Nacional precisaria ser ativada. Neste espectro, as dificuldades oriundas deste processo remontam abismos existentes desde aspectos psicossociais até tecnológicos e estruturais, cuja conhecida e histórica falta de sinergia entre civis e militares tende a aumentar. O presente artigo tem por finalidade expor estas dificuldades, propondo sugestões para sua mitigação, contribuindo para uma melhor ação interagência quando da necessidade de mobilização nacional.



Revolta da Balaiada (1838 - 1841)



Cabanagem (1835 - 1840)

Para tanto, divide-se em três tópicos, cada um abordando as três áreas levantadas (fatores psicossociais, tecnológicos e estruturais), seguindo-se da conclusão.

1. Fatores Psicossociais

No decorrer de sua evolução, sobretudo durante o período republicano, tentou-se separar a guerra e a profissão das armas da vida nacional. “País pacífico por tradição e por convicção”. Esta frase consta em um dos primeiros parágrafos da Estratégia Nacional de Defesa, apresentando certa controvérsia, vez que, em sua história, o Brasil coleciona revoltas e revoluções. Ficou famosa a repressão, durante

as Guerras de Independência, do Almirante Grenfell em Pernambuco. No período conhecido como Regência (1831-1840) ocorreram a Cabanagem (1835-1840), Malês (1835), Farrapos (1835-1845), Sabinada (1837-

1838) e a Balaiada (1838-1841). De acordo com o Instituto Igarapé, o Brasil ocupa o 13º lugar no ranking de homicídios por 100 mil habitantes. Em 2020, foram cerca de 32,3 mil homicídios. Para uma questão de comparação, a participação norte-americana na Guerra do Vietnã (1964-1975) teve cerca de 60 mil mortos.

A percepção externa também não corrobora desta afirmativa: Campanha Oribe-Rosas, Guerra do Paraguai, questões lindeiras com Bolívia, Peru, França e Argentina. O perigo expansionista das potências europeias e a necessidade de dissuadir aventuras latino-americanas também foi um ponto motivador da aquisição dos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais* no início da República. Apesar disso, a construção de uma política externa que evita o confronto é resquício da percepção de Rio-Branco e Ruy Barbosa da Conferência da Haia, uma vez que, impossibilitados de encarar os demais eminentes partícipes em pé de igualdade, resolveram-se por focar na defesa do direito internacional. A percepção de país pacífico vem tanto de mais de século de formação de diplomatas que não podiam apoiar-se no poder duro nacional (não por não querer, mas por não ser prático), como de um ambiente regional relativamente estável^[2]. A passividade, contudo, não pode ser confundida com fraqueza ou despreparo e, neste fator, basta que revisemos brevemente nossa história de delimitação lindeira.

2. Fatores Tecnológicos

As tecnologias e técnicas delas oriundas hoje em voga no mercado (sobretudo dos atuais ativos frutos da 4ª Revolução Industrial – *Internet of Things*) estão além das capacidades de *hardware*, *software* e *humanware* atualmente disponíveis no País. Boa parte dos materiais

utilizados pela Marinha do Brasil (desde os sistemas de C⁵I² B³) do Corpo de Fuzileiros Navais até o principal meio de qualquer marinha do mundo, os navios) não possui conformação autóctone, dependendo-se de diversos fatores para o abastecimento de sua cadeia de suprimentos e manutenção adequada, exigindo uma estratégia muito bem definida (Cavusgil, Knight e Riesenberger, 2010; p. 232) a fim de evitá-la.

Como a produção de ativos mais caros à Marinha do Brasil concentra-se em outros países, não há possibilidade de detenção da cadeia de suprimentos, o que se reflete em um hercúleo esforço para a nacionalização de suprimentos, equipamentos, envolvendo, não raro, engenharia reversa. Esta dificuldade em manter-se *up-to-date* em relação às revoluções dos assuntos militares^[4] influencia diretamente a capacidade de mobilização nacional, sobretudo de uma força que não pode ser improvisada^[5]. Com efeito, países que possuem condições históricas únicas e suas empresas se valem de segurança jurídica quanto as suas patentes usufruem de uma excepcional vantagem competitiva (Barney, Hersterly, 2011; p. 68) no que tange às tecnologias militares.

O reflexo disso é o encarecimento dos sobresalentes (pois enquanto não houver o processo de nacionalização, cabe ao setor de logística realizar sua importação, sofrendo os problemas financeiros oriundos das flutuações cambiais), a dependência tecnológica e a impossibilidade de desenvolvimento da Base Industrial de Defesa dentro dos auspícios estratégicos e políticos de um país que almeja um assento como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas^[6]. Faz-se mister, portanto, que antes que haja o fomento de uma Mobilização Nacional, passos



Foto: Marinha do Brasil

cruciais no melhoramento da Logística Nacional sejam dados, no intuito de que os efeitos da Mobilização Nacional sejam os menores possíveis para a economia nacional e o bem-estar do povo quando de um acionamento.

Passos no sentido de padronização de ativos são essenciais para uma compreensão sinérgica de como as Forças Singulares diminuiriam consideravelmente seus custos com manutenção de meios e formação de pessoal, bem como em planos de apoio logístico integrado (revisão periódica de sistemas com o produtor), garantindo economias de escopo, mesmo frente a produtos inovadores, cujo preço naturalmente estará bem acima dos antigos ou similares de qualidade inferior (Nagle e Hogan, 2007; p. 301). Neste sentido, as licitações deveriam conter, além do estipulado no §2º do art. 3º da Lei nº 12.598/2012, mecanismos de integração entre os respectivos centros de intendência, de maneira a contribuir para as economias de escopo. Outra forma de mitigação dos problemas cambiais seria a operação no mercado de futuros, assumindo uma posição comprada (Bodie, Kane e Marcus, 2010; p. 763), garantindo menos perdas quando de fortes oscilações.

Um dos grandes desafios à Mobilização Nacional, portanto, consiste na falta de padronização entre as forças e na dependência tecnológica externa. Com o objetivo de mitigar este problema, seria de grande valia a existência de um único órgão concentrador das aquisições no âmbito Ministério da Defesa, possuindo a correta especificação por parte dos gestores de projetos financeiros (subitem XII do item 2.2 da PMN) e especialistas, unificando gastos e recorrendo a um método de produção dirigido pela demanda, ou seja, uma interligação entre todos os nós da cadeia (Ballou, 2006; p. 551).

3. Fatores Estruturais

A Mobilização Nacional possui graves limitações em decorrência, sobretudo, das escolhas políticas feitas em nosso passado. Apesar de não haver desenvolvido sua maritimidade plena, o Brasil possui um grande potencial. Dominando boa parte do Atlântico Sul graças à extensão de sua plataforma continental, o Brasil ainda não foi capaz de desenvolver uma indústria naval autóctone (de navios mercantes ou militares). Para o Poder Naval, mesmo com a mobilização nacional, o tempo para o desenvolvimento de potencialidades para a construção de navios de guerra seria grande, sobretudo quando se leva em consideração os sistemas, sensores e programas navais, cuja compreensão e operaciona-



lização demandariam largo tempo para formação do pessoal e da infraestrutura adequada, permitindo-se dizer que, para a Marinha do Brasil, ou para a marinha de qualquer país do mundo (com raríssimas exceções), é impossível um aumento significativo de meios navais em questão de meses.

Os problemas oriundos da necessidade de padronização, que por conseguinte refletem-se em ativos distintos, altos custos totais e falta de integração entre as Forças, serão paulatinamente mitigados pelo Sistema de Logística de Defesa, conforme as operações conjuntas forem realizadas. Em função de sua complexidade, a Operação Anfíbia torna-se imprescindível ferramenta para o levantamento das informações necessárias. Unindo as três FA e, em determinadas circunstâncias, agências de Estados da Federação e/ou do Governo Federal, Operações Anfíbias no século XXI caminham para um perfil mais holístico¹⁷, tornando operações conjuntas e interagências mais frequentes (Operação Ágata, por exemplo). A Operação Dragão, abarcando anualmente uma crescente quantidade de oficiais de outras forças, pode ser uma adequada solução para esta maior integração. A Operação Rio Branco, realizada em setembro de 2019, envolvendo meios da MB e do EB, também reflete esta tentativa de aumentar a integração das FA. A Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas possui um importante papel.

Há que se considerar que a Mobilização Nacional não reúne apenas o componente militar, sendo uma união entre o Sistema de Mobilização Militar e diversos outros. Para que o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) possa ser gerenciado, é necessário que haja forte nível de interoperabilidade entre os diversos subsistemas, englobando academia, indústria e o operador final. Não pode haver mobilização nacional, portanto, se não há fomento a indústria naval, ou se a pesquisa acadêmica não abrange prospecção tecnológica no sen-



Submarino Riachuelo no Complexo Naval de Itaguai: primeira unidade do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)

tido de tornar a profissão marítima mais econômica e acessível ao mercado e aos empreendedores nacionais.

Conclusões

A revolução dos assuntos militares torna a profissão militar, outrora uma máquina (Morgan, 2011; p 25), em um cérebro ávido por aprender e captar conhecimento, moldando-se de acordo com o ambiente. Longe de ser uma atividade de cunho militar, a capacidade de mobilização nacional é essencial para que o Poder Nacional seja exercido, permitindo que os desígnios

políticos sejam refletidos na prática. Há que se realçar que uma marinha não pode ser criada da noite para o dia (Donnithorne, 2018; p. 53), não só por causa do grande tempo que se leva para que os meios estejam prontos, mas também por causa do problema da formação de pessoal e da necessária experiência que os homens do mar (fuzileiros ou marinheiros) precisam possuir para exercerem suas profissões de forma ótima, no intuito de defenderem seu território com meios modernizados, vencerem guerras e bem representar nosso país no exterior. ■

Notas

[1] Segundo Paul Davis (2010), uma transformação militar abrange mudanças *dramatic rather than mere improvements on the margin such as modestly better aircraft, tanks, or ships.*

[2] Mesmo a tentativa de (re)tomada das Falklands/Malvinas envolveu um poder extrarregional.

[3] Comando, controle, comunicações, computação, contra-medidas, inteligência e interoperabilidade.

[4] Krepnevitch, 1994, conceitua Revolução nos Assuntos Militares como *“occurs when the application of new technologies into a significant number of military systems combines with innovative operational concepts and organizational adaptation in a way that fundamentally alters the character and conduct of conflict.”*

[5] Em dezembro de 1945, em uma audiência ao Senado dos Estados Unidos, o Almirante de Esquadra William Halsey disse em seu discurso: *“Let me remind you that a Navy cannot be improvised overnight. It takes a long time to make a fighting ship. Naval leaders and naval air leaders achieved their skills by living on the sea, fighting over that sea, and beating the at its own game.”* (DONNITHORNE, 2018. Pg 54).

[6] O objetivo de ser um membro permanente vem desde o fim do segundo conflito global, como exemplifica a saída do Brasil da Sociedade das Nações durante a presidência de Arthur Bernardes.

[7] No documento assinado pela USN, USMC e USCG, *Sea Power Strategy for the 21st century*, os Estados Unidos chegam à conclusão de que as novas ameaças demandam novas táticas multidisciplinares de abordagem além do puro *Power Politics* e coerção militar.

Referências

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. Traduzido por Raul Rubenich. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BARNEY, Jay. HESTERLY, William. Administração estratégica e vantagem competitiva. Traduzido por Midori Yamamoto. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan. Investimentos. Traduzido

por Suely Cuccio. 8ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.592 de 02 de outubro de 2008 - Regulamenta a lei de mobilização nacional.

BRASIL. Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

_____. Estratégia Nacional de Defesa.

_____. Política de Mobilização Nacional – PMN 6 de setembro de 2010.

_____. Doutrina de Mobilização Militar – MD41-M-01 (2ª Edição/2015).

Instruções para o levantamento de soluções tecnológicas aplicáveis às Operações Conjuntas. MD42-I-01, (1ª Edição, 2015)

Normas do Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) (1ª Edição, 2011)

_____. Manual de Mobilização Militar - MD41-M-02 (1ª Edição/2015).

CAVUSGIL, Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John. Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades. Traduzido por Sonia Yamamoto e Leonardo Piemonte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DONNITHORNE, Jeffrey W. Four Guardians: A Principled Agent View of American Civil-Military Relations. Maryland: John Hopkins University Press, 2018.

KREPINEVICH, Andrew F. Cavalry to computer: the pattern of military revolutions. The National Interest nº37 (Fall 1994 n37): 30(13). General Reference Center Gold. Thomson Gale: University of Florida. 19 Nov. 2006.

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. Traduzido por Cecília Bergamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 2011.

NAGLE, Thomas; HOGAN, John. Estratégia e táticas de preço: um guia para crescer com lucratividade. Traduzido por Sonia Yamamoto e Fabrício Soares. 4ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007.